

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudo de América Latina e Caribe

Bolsista: Priscila da Silva Gouveia

Linha de Pesquisa: Observatório de Direitos Humanos

Período de Coleta: 01 de abril de 2020 até 30 de abril de 2020

Data: **01/04/2020**

Título: **Remoção de quilombolas no Maranhão é ilegal, diz nota assinada por 161 entidades**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/01/remocao-de-quilombolas-no-maranhao-e-ilegal-diz-nota-assinada-por-161-entidades>

Movimentos sociais divulgaram uma nota de repúdio à remoção das comunidades quilombolas em Alcântara. Ao todo, 161 entidades assinam o documento, que anuncia a resistência da população. Uma resolução do governo federal, publicada no Diário Oficial da União (DOU), publicada na última sexta-feira (27), determinou a retirada das famílias da região, que será utilizada para a ampliação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

No texto, os movimentos consideram a medida arbitrária e totalmente ilegal, "uma vez que afronta diversos dispositivos legais de proteção dos direitos das comunidades remanescentes de quilombo, bem como, tratados e convenções internacionais referidos aos direitos destas comunidades. Denunciamos ao povo brasileiro que o governo Bolsonaro, submisso aos interesses do governo dos Estados Unidos, além de entregar nossa base de lançamentos, medida que inviabiliza o desenvolvimento de nosso conhecimento e tecnologia aeroespacial, também entrega de bandeja o povo quilombola que vive em seus territórios há centenas de anos".

Ainda no documento, os quilombolas reforçam a disposição em resistir no território. "Não admitimos quaisquer possibilidades de deslocamentos e reafirmamos nossa irrestrita e ampla defesa das comunidades quilombolas de Alcântara no direito de permanecer no seu território tradicional na sua inteireza e plenitude. Acionaremos todos os meios e medidas possíveis para resguardá-las."

No Congresso Nacional, o PSOL apresentou uma resolução pedindo para que o decreto seja suspenso. O partido lembra, no documento, que o governo federal fere a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

“Como se não bastasse a ilegalidade deste ato, a Resolução vai de encontro aos esforços nacionais e internacionais de combate à pandemia de covid-19. Ressalta-se que a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) já solicitou providências para suspender despejos e remoções judiciais ou extrajudiciais em todo o país, de modo a coibir a propagação do novo coronavírus”, alega o PSOL.

Para Denildo Rodrigues de Moraes, o Biko, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), a medida escancara as intenções do governo de Jair Bolsonaro com o povo negro.

“É um momento muito delicado, esse que o país está passando, e o Estado brasileiro se aproveita disso para, mais uma vez, pisar e maltratar um povo sofrido desse país, que é a população quilombola. Isso é um exemplo, do que esse governo é capaz de fazer contra os direitos humanos nesse país. Esse é um governo descomprometido com as causas desse país”, afirma.

Data: **02/04/2020**

Título: **MST doa 12 toneladas de arroz orgânico para combate à fome em meio à pandemia no RS**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/02/mst-doa-12-toneladas-de-arroz-orgnico-para-combate-a-fome-em-meio-a-pandemia-no-rs>

Para proteger a vida, os camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não medem esforços. “Nesse momento tão difícil, de pandemia do coronavírus e de estiagem, todos precisam doar um pouco de si para que possamos passar por isso”, declara Emerson Giacomelli, coordenador do Grupo Gestor do Arroz Agroecológico do MST.

Segundo ele, as cooperativas gaúchas do movimento vão doar 12 toneladas de arroz orgânico para compor cestas básicas que serão entregues a famílias em situação de vulnerabilidade no Rio Grande do Sul, em razão da covid-19 e uma das maiores secas já vista no estado.

As entregas dos kits com arroz, feijão, farinha, massa, azeite e detergente começaram na quarta-feira (1) na Lomba do Pinheiro e Vila Cruzeiro, em Porto Alegre, e bairro Santa Isabel, em Viamão.

A ação integra a campanha organizada pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do RS (Consea) e Comitê Gaúcho de Emergência no Combate à Fome, formado por representações de diversos setores que estão atuando para atender as famílias carentes, neste primeiro momento na capital e região metropolitana.

Para Sidnei Santos, da direção estadual do MST/RS, diante dessa pandemia, muitos trabalhadores são impossibilitados de exercerem suas atividades produtivas, o que leva à redução de renda e aquisição de alimentos. “Portanto, essa doação expressa a solidariedade dos assentados, e isso significa repartir aquilo que temos”, pontua.

A participação do MST na campanha começou a ser definida no dia 25 de março, quando o deputado estadual Edegar Pretto (PT) intermediou com o Executivo um pedido para que o governo gaúcho adquira produtos dos assentamentos, para distribuir às famílias que estão passando fome diante da crise do novocoronavírus.

A proposta ao governo pede que o estado adquira os produtos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). De acordo com o deputado, há sinalização positiva sobre o pedido.

A produção do arroz orgânico é feita pelo movimento há mais de 20 anos e hoje é o maior produtor da América Latina. Conforme Santos, a maioria dessas cooperativas já realizava entregas para escolas estaduais e municipais, por meio de programas de compras institucionais.

Ele ainda ressalta que a luta pelos direitos dos trabalhadores é válida e cada vez mais importante. E fala sobre a importância do povo defender o Sistema Único de Saúde (SUS), que na atual conjuntura não mede esforços para atender a população, mas que nos últimos anos vem sendo sucateado pelo governo federal.

"O MST se coloca à disposição do governo e do povo gaúcho para ajudar no enfrentamento da crise, com uma iniciativa que vai beneficiar a população em vulnerabilidade social, e ao mesmo tempo ajudar as famílias vinculadas a cooperativas da agricultura familiar e da Reforma Agrária", destaca Santos.

Data: **03/04/2020**

Título: **Movimentos populares propõem ações de solidariedade e combate ao coronavírus**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/03/movimentos-populares-propoe-aco-es-de-solidariedade-e-combate-ao-coronavirus>

Movimentos populares urbanos lançaram a plataforma online Movimentos contra a covid-19, nesta quinta-feira (2), com o objetivo divulgar propostas contra a pandemia causada pelo novo coronavírus. A plataforma, organizada pela Central de Movimentos Populares (CMP) e pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP), conta com a participação de aproximadamente 30 organizações.

De acordo com o texto de apresentação do site, além de concentrar as proposições, os movimentos também cobram “o Estado por sua responsabilidade para resolver a crise”.

As medidas propostas incluem ações mais concretas, como a distribuição de produtos de higiene e cestas básicas; mas também proposições mais gerais, como a revogação da Emenda Constitucional 95.

Criada em 2016 no governo de Michel Temer (MDB), a emenda conhecida como "teto de gastos" limita o crescimento das despesas públicas por 20 anos e emperra ações de combate ao novo coronavírus.

Entre as propostas, estão o fim de todos os despejos e remoções na cidade e no campo, a suspensão do pagamento das prestações dos imóveis adquiridos pelo programa Minha Casa, Minha Vida, assim como do pagamento de contas de água, luz, aluguel e gás, assim como a distribuição domiciliar gratuita de cestas básicas e produtos de limpeza e higiene.

Também está no documento a ampliação e o aumento do Bolsa Família para um salário mínimo e a criação de um programa emergencial de renda mínima a todos os brasileiros sem vínculo formal de trabalho durante a pandemia, com a transferência de meio salário mínimo por mês para cada pessoa com mais de 18 anos.

A nacionalização e estatização dos hospitais, laboratórios e quebra das patentes estão entre as medidas de maior abrangência, assim como a execução das dívidas dos grandes sonegadores e a taxação de grandes fortunas, de remessas de lucros e dividendos para o exterior, dos lucros dos bancos, com redirecionamento do valor arrecadado para um fundo de emergência a ser distribuído entre estados e municípios.

Os movimentos também pedem a suspensão do pagamento das dívidas públicas, incluindo a dos estados e municípios com a União "e de todas as reformas que prejudicam o povo", como a Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista.

Para os médios comerciantes e agricultores, propõem uma linha de crédito com juros zero, assim como, para os trabalhadores, a manutenção de todos os empregos com pagamento de salário, ampliação e aumento do seguro desemprego.

Data: **06/04/2020**

Título: **Menos renda, mais violência: mulheres estão entre os mais afetados pela pandemia**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/06/menos-renda-mais-violencia-mulheres-estao-entre-os-mais-afetados-pela-pandemia>

As mulheres podem ser consideradas o grupo social mais afetado pela pandemia do novo coronavírus, quando o assunto é impacto econômico. Dentro desse grupo, é ainda maior o risco de vulnerabilidade de mulheres indígenas, negras e imigrantes. A análise é de Maria

Fernanda Marcelino, que integra a Sempre viva Organização Feminista (SOF) e é apoiadora da Associação de Mulheres da Economia Solidária.

E por que isso? “Porque as mulheres são majoritariamente o grupo social que está em empregos mais precários e informais, ou aquelas que sobrevivem com até um salário mínimo, de aposentadoria, de trabalhos domésticos ou prestadoras de serviço”, explica Marcelino.

Outro agravante: em geral, são as mulheres as chefes de famílias, isto é, as responsáveis pelo sustento de filhos e outros familiares, o que torna a sobrecarga da mulher mais “intensa” durante a quarentena. “Além de pensar na garantia de ter o que comer, ainda enfrentam a batalha de fazer a casa funcionar. Isso é uma tensão, um estresse”, conclui a integrante da SOF.

Atualmente, Marcelino vem acompanhando a situação de mulheres artesãs, costureiras, dentre outras profissões, que antes da quarentena vendiam produtos em lugares como a Avenida Paulista, na região central do município de São Paulo, e conta que o “desespero delas é absurdo”, uma vez que não têm mais como continuar com as vendas.

É o caso de Elaine Aparecida de Souza, de 46 anos, moradora da zona leste de São Paulo. Ela, que é autônoma e trabalha servindo alimentação em reuniões corporativas, afirma que está “literalmente assustada”. “Eu estava começando a fazer um planejamento financeiro e até o final de abril eu consigo me sustentar, vai dar para suprir as necessidades básicas”, afirma.

Para tentar garantir o sustento do mês seguinte, ela começou a oferecer pães e bolos caseiros na internet. Ainda que não seja “nada garantido”, ela já fez duas entregas. De sua renda, dependem sua mãe e duas irmãs.

Patrícia Prete, de 35 anos, moradora da região de São Bernardo do Campo, também se encontra na mesma situação. Antes da quarentena, ela que é costureira, trabalhava vendendo seus produtos em feiras livres. Hoje, para conseguir manter os seus compromissos econômicos, produz máscaras: “Vai apertar, vamos ter que diminuir bastante coisa na casa.”

Segundo Maria Fernanda Marcelino essa “é uma situação na beira do abismo”. “Se o governo não fizer algo imediatamente, nós vamos ter a pandemia ainda mais agravada por essa situação. É uma hecatombe o que se avizinha pra gente”. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) publicou no Diário Oficial da União de sexta-feira (3) asanção do auxílio emergencial de até R\$ 1.200,00 que beneficiará mulheres chefes de famílias.

Data: **06/04/2020**

Título: **ONG lança plataforma on-line com dados sobre covid-19 entre indígenas**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/06/ong-lanca-plataforma-on-line-com-dados-sobre-casos-de-covid-19-entre-indigenas>

O Instituto Socioambiental (ISA) lançou, na última sexta-feira (3), uma plataforma que acompanha o avanço do novo coronavírus entre os povos indígenas. Apesar de a covid-19 ser um perigo tanto para indígenas quanto para não indígenas, dados históricos apontam que etnias foram dizimadas por conta de doenças virais, sobretudo, as respiratórias.

Pesquisador do Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do ISA, o antropólogo Tiago Moreira explica que, além do mapa dos municípios atingidos pela pandemia, o site traz também dados sobre a organização da saúde indígena, a exemplo dos distritos sanitários indígenas e dos pólos-base.

Até o momento, em todo o Brasil, foi confirmado um óbito por coronavírus entre indígenas. Falecida em 19 de março, a mulher de 87 anos era da etnia Borari, de Alter do Chão, distrito de Santarém, no Pará. Por ser de uma indígena não aldeada, a morte não foi contabilizada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão federal responsável por apresentar os dados oficiais que a ONG traz em sua plataforma on-line.

"A Sesai só realiza o atendimento à população indígena que vive na zona rural. A gente não tem um jeito de monitorar os casos da população indígena que vive nas cidades, que são atendidos pelo SUS [Sistema Único de Saúde] e no dado dos boletins das secretarias estaduais de saúde não tem a discriminação se é indígena ou não indígena. Então, logo depois, lá no site, a gente colocou um bloquinho sobre os indígenas nas cidades", explica Moreira.

A morte da indígena foi a primeira registrada no Pará, estado que, nesta segunda-feira (6), contabilizou mais três óbitos, todos em Belém: duas mulheres de 50 e 100 anos de idade e um homem de 41 anos.

Data: **07/04/2020**

Título: **Ainda sem auxílio emergencial, mulheres desempregadas lutam contra a fome**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/07/sem-renda-periferia-esta-vulneravel-a-covid-19-e-a-fome>

"Com o que tínhamos, pagamos as contas desse mês de março. Mês que vem, a gente não sabe como vai comer", desabafa a vendedora Beatriz Mendonça, de 48 anos, sobre a vida em tempos de coronavírus.

A moradora do bairro Grajaú, na periferia da Zona Sul da capital paulista, reside com o marido, que é pedreiro autônomo, o filho de 13 anos e a neta de 4 anos em uma casa de aluguel. Ela é trabalhadora informal na área de vendas em eventos e, desde 19 de março, teve seu contrato e seu sustento suspensos em decorrência da necessária quarentena contra a pandemia do novo coronavírus, quando shoppings e comércios fecharam.

"Morto não paga a conta, então a gente tem que pensar primeiro em tratar da sua saúde, proteger seus filhos, depois pensar nas contas. Mas foi complicado, porque pegou de supetão, a gente não estava preparado com a reserva em casa para passar um, três ou quatro meses", conta Mendonça, aflita. Ela relata que o marido, autônomo, também está com dificuldade de trabalhar, uma vez que os condomínios aos quais prestava serviço estão proibindo a circulação de pessoas.

A realidade da família, segundo dados do Instituto Data Favela divulgados na semana passada, é a mesma de uma em cada três moradores de periferia em todo o Brasil que terão dificuldade de comprar alimentos diante da pandemia.

Ainda de acordo com o estudo, a pandemia já alterou a rotina de quase 100% das pessoas que vivem em comunidades. A maioria dos trabalhadores é autônoma (47% do total) ou informal (8%) e, por isso, não tem a garantia de uma lei trabalhista ou de um auxílio financeiro destinado para quem tem carteira assinada.

Foi assim com a diarista Dilza dos Santos, de 56 anos, que mora com o filho, de 35 anos, no bairro São Savério, periferia da região Sudeste de São Paulo. Ela teve os três serviços que realizava em casas de família cortados.

"Esse dinheiro vai fazer muita falta, porque as contas vão chegando e da onde que vai tirar para pagar as contas? Meu filho mora aqui, mas não pode ajudar, porque ele tem duas crianças e paga pensão. O que eu ganhava ajudava bastante. Com esse negócio de não ir [ao trabalho], de quarentena em casa, fica muito difícil", relata ela, que mora em um conjunto de habitação popular e paga a prestação social.

Data: **08/04/2020**

Título: **Prefeitura de SP fecha serviço para usuários de drogas na Cracolândia**

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/prefeitura-de-sp-fecha-servico-para-usuarios-de-drogas-na>

A prefeitura de São Paulo usou ônibus para remover parte da população em situação de rua da região do centro da cidade conhecida como Cracolândia. As pessoas estavam na unidade de atendimento emergencial (Atende 2), que fica na Rua Helvetia. O equipamento que disponibilizava banheiros, alimentação e pernoite foi fechado hoje (8). Uma parte dos

que utilizavam os serviços foi levada para um novo equipamento construído no bairro do Glicério, a 3 quilômetros de distância.

Em vídeos divulgados nas redes sociais pelo coletivo A Craco Resiste, é possível ver dois ônibus saindo lotados da porta do equipamento. Não houve ação da polícia ou qualquer tumulto na operação. Pouco após a saída dos veículos, centenas de pessoas voltaram a se concentrar na esquina da Alameda Dino Bueno com a Rua Helvétia.

A prefeitura já havia fechado no ano passado outras duas unidades do Atende na região da Luz, no centro paulistano, onde fica a aglomeração de pessoas em situação de rua e com uso abusivo de drogas conhecida como Cracolândia.

Segundo a administração municipal, essa população será atendida pelos Serviço Integrado de Acolhimento Terapêutico (Siat). Um dessas unidades já estava em funcionamento na Armênia, na zona norte, a 2 quilômetros do equipamento fechado hoje. A outra fica no Glicério, para onde foram levadas as pessoas removidas na ação de hoje.

O objetivo da mudança, de acordo com a prefeitura, é “melhorar o atendimento no acolhimento e no tratamento da saúde da população de usuários de álcool e drogas em situação de vulnerabilidade e que já faz uso do serviço de atenção integral”.

O Siat oferece 200 vagas, com alimentação (três refeições), possibilidade de higiene pessoal e atividades socioeducativas. Também estarão abertas oficinas de artesanato, leitura, ioga e exercícios físicos.

A Defensoria Pública de São Paulo, entretanto, entrou com uma ação civil pública para evitar o fechamento do serviço na Luz. No pedido, os defensores argumentam que o encerramento das atividades do equipamento deixará a população vulnerável desassistida durante a pandemia de coronavírus.

O texto destaca que o Atende é o “único equipamento público que tem oferecido, mesmo que de maneira precária, água, alimentação e banheiros para as pessoas em situação de rua no local, a maioria delas em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas”.

Data: **09/04/2020**

Título: **Mais de 400 mil servidores da Educação em MG não sabem quando vão receber salários**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/09/mais-de-400-mil-servidores-da-educacao-em-mg-nao-sabem-quando-va-receber-salarios>

Professores e demais servidores estaduais de Minas Gerais não sabem quando vão receber seu salário. Em plena pandemia, o governador Romeu Zema (Novo) anunciou que servidores das áreas de Segurança Pública e da Saúde receberão o pagamento integral de

seus salários nesta quinta (9), mas não informou se os demais servidores receberão o pagamento deste mês e quando.

A nota do governo de Minas justifica que “em razão da queda de arrecadação ocasionada pela pandemia, ainda não é possível anunciar a escala de pagamento de todos os servidores”.

Em reação ao pronunciamento, centenas de servidores cobram o governo através das redes sociais oficiais do governo, assim como da conta particular de Romeu Zema. Os mais críticos são os profissionais da educação, dos quais 22% ainda não receberam o 13º salário de 2019, enquanto outras categorias já foram contempladas.

Em nota, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (SindUTE/MG) declara que Zema usa recursos da educação para o pagamento integral de outras categorias “igualmente importantes”. O sindicato lembra que o governo estadual continua a isentar em R\$ 6 bilhões grandes empresários e não cobra a dívida da União com o estado, referente à Lei Kandir, em que se estima a perda de R\$ 1 bilhão por ano aos cofres mineiros.

“Nós somos 400 mil servidores no quadro atual da educação. É esse o número de famílias que vai passar fome com a política do governador do estado de Minas Gerais. A discussão não é uma categoria versus a outra. A discussão é o governo de Minas impor a fome a 400 mil famílias. Nós já estamos enfrentando uma fragilidade com o isolamento social, com medo da contaminação pela covid-19, e agora temos também um governo do estado que quer nos condenar à morte através da fome e da necessidade”, afirma a coordenadora do SindUTE/MG, Denise Romano.

O não pagamento dos servidores gerou solidariedade entre organizações populares. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) divulgou nota exigindo que o governo pague todos os servidores e garanta a quarentena. “Sabemos que entre estes trabalhadores estão pais, mulheres e mães chefes de família que há tempos já estão sofrendo com o descaso do governo com salários atrasados, parcelados e décimo terceiro de 2019 que ainda não receberam”, diz o texto

O Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (Sindieletro/MG) também se pronunciou em repúdio à decisão de Romeu Zema. O texto propõe que o governador coloque em prática a Plataforma Estadual de Emergência, assinada por mais de 190 entidades e entregue ao governo, com medidas inclusive para a economia.

“Assim, o Estado teria todas as condições de garantir a quarentena com renda, direitos e saúde pública para o povo e seus servidores. Enfim, o governo teria todas as condições de colocar em dia os salários e o Décimo Terceiro de todo o funcionalismo público”, elucida o Sindieletro/MG.

Data: **10/04/2020**

Título: **Primeiro indígena aldeado a morrer por covid-19 é de área próxima a garimpo ilegal**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/10/primeiro-indigena-aldeado-a-morrer-por-covid-19-e-de-area-proxima-a-garimpo-ilegal>

O jovem de 15 anos da etnia Yanomami AlvaneiXirixana faleceu na noite dessa quinta-feira (9) no Hospital Geral de Roraima, em Boa Vista, em decorrência da covid-19. Esta é a primeira morte de indígena confirmada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde. Os outros indígenas mortos eram cidadãos (que vivem na cidade) e não foram contabilizados como tal de acordo com os critérios do órgão público.

Xirixana estava internado desde 3 de abril, mas já havia passado pelo hospital com os sintomas do novo coronavírus em 18 de março. Na primeira internação, foi liberado ainda que não tenha sido realizado o teste para saber se estava infectado pela covid-19.

O médico infectologista Joel Gonzaga, da Sesai, afirmou à reportagem da *Amazônia Real*, que Alvanei tinha a saúde debilitada por ter contraído, antes do novo coronavírus, "doenças como desnutrição, anemia, malárias repetitivas e foi tratado, mês passado (março), de Malária Falciparum".

Segundo informações do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami, no território localizado entre os estados de Roraima e Amazonas vivem 26.785 pessoas de cinco etnias e 366 aldeias, que contam com 78 unidades básicas de saúde indígena, 37 polos-base e uma Casa de Saúde Indígena.

Em nota, a DSEI Yanomami afirma ainda que vem realizando as medidas protocoladas e as recomendações do que determina o Ministério da Saúde e a Sesai, mas pontua que "as ações e serviços de saúde prestados aos povos indígenas, pela União, não impedem as ações desenvolvidas pelos Municípios e Estados, no âmbito do Sistema Único de Saúde, uma vez que o SUS adota, dentre outros, os princípios da universalidade, integralidade, equidade".

Apesar do indígena ser natural da Aldeia Rehebe-Polo Base Uraricoera, onde estava quando seu estado de saúde piorou, ele estuda e mora em uma aldeia que pertence ao DSEI Leste de Roraima, Comunidade Bouqueirão, onde cursa o ensino fundamental. A informação merece destaque para que se possa fazer conexão com os locais por onde o indígena passou e assim monitorar possíveis outros casos.

Para o vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami, Dário Vitório Kopenawa Yanomami, de 26 anos, quem levou a covid-19 para o seu povo foram os garimpeiros

ilegais, que extraem minério das terras indígenas – como ouro –, seja por terra, barco e até avião.

"Eu tenho muito medo. Tem muitos idosos yanomami, estão vivos ainda. Se contaminar os yanomami, realmente, os yanomamis vão morrer, porque a doença é muito perigosa: não tem cura, não tem remédio, não tem vacina. Isso eu tenho muito medo. Eu não quero que meu povo morra dessa doença que está matando milhares de sociedades não indígenas do mundo", afirma.

A Terra Indígena Yanomami (AM/RR) é considerada uma porta de entrada para alguns milhares de garimpeiros ilegais, há décadas, como relata Dário.

"Esse é um problema muito antigo. Resumidamente, na década de 80, tinham alguns problemas muito sérios. Tinham aproximadamente 40 mil garimpeiros, e a gente lutou muito, fizemos grandes manifestações, e o governo brasileiro conseguia retirar os garimpeiros. E, repetindo [a história], os garimpos estão no território Yanomami de 2015 a 2019 e, agora, 2020 eles estão lá ainda", conta.

Dário explica ainda que os yanomami já fizeram uma série de denúncias para o Ministério Público Federal, Polícia Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai), relatando não só o garimpo ilegal, mas a contaminação dos rios, o uso de mercúrio e o prejuízo à saúde dos indígenas, assim como a contaminação à floresta. "Até agora, o governo federal não tomou decisão para retirar os garimpeiros", diz o indígena.

Data: **10/04/2020**

Título: **Pesquisa indica que alimentos e produtos de higiene não estão chegando aos presos**

Fonte: <https://www.brasilefato.com.br/>

Link: <https://www.brasilefato.com.br/2020/04/10/pesquisa-indica-que-alimentos-e-produtos-de-higiene-nao-estao-chegando-aos-presos>

Pesquisa divulgada pela Pastoral Carcerária revela que os alimentos e produtos de higiene, levados por familiares de presos, não entram nas penitenciárias. Do total de 1.213 pessoas que responderam ao questionário da entidade, 793 (65,9%) afirmam que os itens não chegam na mão dos internos. Para 304 (25,2%) o trânsito de mercadorias está normal e 107 (8,9%) não souberam opinar.

A pesquisa foi feita em todo o país com familiares de presos, membros da Pastoral Carcerária, agentes penitenciários, técnicos do sistema prisional, advogados e juizes durante três dias, a entidade não precisa as datas em que o questionário foi aplicado. O resultado, divulgado no dia 3 de abril, é a primeira parcial do estudo, que deve ser detalhado nos próximos dias.

De acordo com o levantamento da Pastoral Carcerária, o número de presos contaminados com coronavírus pode ser maior. Isso porque, 245 pessoas (20,4%) afirmam saber da existência de pessoas contaminadas dentro do sistema penitenciário, enquanto que 222 (18,5%) declaram não ter conhecimento de casos nas unidades. Os que não souberam opinar são 736 (61,2%).

A Pastoral Carcerária lamenta a falta de comunicação e de precisão sobre os dados de presos contaminados com coronavírus. “Se há mais casos, é impossível saber sem a divulgação destas informações oficiais, já que os órgãos fiscalizadores estão muito mais ausentes por conta da pandemia para poder inspecionar as prisões; e sem saber o que acontece atrás dos muros em relação à prevenção, organizações de direitos humanos e familiares não conseguem cobrar que medidas de prevenção e protocolos de saúde sejam aplicados efetivamente.”

Em relação às visitas durante a pandemia, 1.189 pessoas (98,4%) afirmam que não conseguem visitar os presos nas unidades. Apenas 7 (0,6%) disseram que a visitação segue normalizada e outros 12 (1%) não conseguem precisar.

Data: **14/04/2020**

Título: **A crise da pandemia e a violência contra a mulher**

Fonte: <https://vermelho.org.br/>

Link: <https://vermelho.org.br/2020/04/13/a-crise-da-pandemia-e-a-violencia-contr-a-mulher/>

A pandemia da Covid-19, provocada no mundo inteiro pelo novo coronavírus, evidenciou um fato que é estruturado na sociedade e leva milhares de mulheres à morte. Trata-se da violência contra a mulher – ou, neste caso específico, da violência doméstica.

Segundo a Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cresceu em 9% a violência contra a mulher depois do isolamento social. No último dia 6 de abril, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, faz um apelo global para que se protejam mulheres e crianças, dada a exacerbação da violência pelo confinamento.

A preocupação é real e emergencial para nós, brasileiras e brasileiros, já que somos o quinto país no Ranking Mundial de Mortes de Mulheres. É inquestionável a necessidade do confinamento, mas é também inquestionável, sob este novo contexto, a coexistência de dois fenômenos que afetam historicamente a vida das mulheres: a relação de opressão sobre o gênero e a construção das masculinidades.

Mas o que é gênero? É um conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser mulher ou homem na vida social. Nas sociedades em geral, as relações de gênero, quando desiguais, tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e

a discriminação de classe, raça, idade, orientação e identidade sexual, etnia, deficiência, língua ou religião, dentre outras.

Podemos resgatar, neste momento de crise pandêmica e, por consequência, econômica, a afirmação histórica da pensadora francesa e ativista Simone de Beauvoir (1908-1986): “Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. Em nossos dias, tudo decai com mais força sobre a vida das mulheres. E pior: lá na ponta no confinamento de estruturas periféricas, quando desagregamos a mesma informação por raça/cor, são as mulheres negras que mais morrem.

“Não é a violência que cria a cultura”, afirma a socióloga Luiza Bairros, ex-ministra da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). “É a cultura que define o que é violência. Ela é que vai aceitar violências em maior ou menor grau, a depender do ponto em que nós estejamos enquanto sociedade humana, do ponto de compreensão do que seja a prática violenta ou não.”

Por isso, precisamos informar e formar. Em 2019, houve 3.739 homicídios dolosos de mulheres – uma queda de 14,1% em relação a 2018. Apesar disso, houve um aumento de 7,3% nos casos de feminicídios – crimes de ódio motivados pela condição de gênero. É uma questão cultural que se fortalece por séculos.

Numa condição de confinamento como a que temos agora, emerge a reatividade, as relações tóxicas, que viram pavio de pólvora e se desdobram em xingamentos, empurrões, humilhações e violência física seguida muitas vezes de morte. Tanto que as denúncias já cresceram, conforme dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), órgão ligado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Nos primeiros 16 dias de março – ou seja, na fase pré-isolamento social –, a Ouvidoria teve uma média diária de 3.045 ligações recebidas e 829 denúncias registradas. Já no período imediatamente posterior ao isolamento, de 17 a 25 de março, houve 3.303 ligações e 978 denúncias registradas. Direitos conquistados voltaram a sucumbir!

O Pacto de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – que previa orçamento e ações governamentais voltadas a políticas públicas para as mulheres – se esvaiu. Esse retrocesso ocorre justamente quando precisamos, mais que nunca, de equipamentos de proteção à mulher, como Centros de Referência, Casa Abrigos, Casa da Mulher Brasileira e Delegacias de Defesa da Mulher. Sob isolamento, as brasileiras não podem prescindir de equipamentos com capacidade de acolhimento e atendimento.

Para que o Estado enfrente a violência contra a mulher, é fundamental a intensificação de ações em rede, com foco em três pilares: Proteção (assistência/atendimento), Prevenção (educação de gênero, autonomia e empoderamento) e Punição (acesso à Justiça e ampliação dos direitos). Em briga de marido e mulher, mete-se a colher, sim. Sem

sororidade e empatia, mulheres e homens, em sua diversidade e pluralidade, não alcançarão um mundo de paz.

Em caso de violência doméstica, denuncie por telefone (através do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher), pela internet (no site da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos) ou pelo aplicativo (app) Direitos Humanos BR (que está disponível para os sistemas Android e iOS). No site da Ouvidoria, além do registro das ocorrências, a plataforma também permite o envio de vídeos, fotos e áudios.

Mulheres, fiquem em casa, sigam à risca o isolamento social e ajudem a combater o coronavírus – mas não deixem de denunciar a violência doméstica contra vocês próprias ou contra outras mulheres. A busca de apoio nos equipamentos públicos especializados é sempre a melhor opção. Ou, como afirma uma ótima campanha nas redes sociais, “mulher, ficar em casa não significa ficar calada”.

Data: **14/04/2020**

Título: **Centrais sindicais lançam abaixo-assinado para taxar grandes fortunas**

Fonte: <https://vermelho.org.br/>

Link: <https://vermelho.org.br/2020/04/14/centrais-sindicais-lancam-abaixo-assinado-para-taxar-grandes-fortunas/>

Na luta para combater a pandemia do coronavírus e salvar vidas no Brasil, as centrais sindicais se uniram numa campanha pela taxaço das chamadas “grandes fortunas”. A iniciativa reúne CUT, Força Sindical, CTB, UGT, CSB, NCST, CGTB, CSP-Conlutas, Intersindical, Intersindical Instrumento de Luta da Classe Trabalhadora e Pública Central do Servidor.

Para ganhar adesões à proposta de taxar milionários, as centrais apresentaram propostas ao Congresso Nacional através de uma petição online (abaixo-assinado virtual), em aliança com os movimentos populares. A Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo apoiam a medida.

O imposto sobre grandes fortunas é o único dos sete impostos previstos na Constituição de 1988 que ainda não foi regulamentado. Além dessa proposta, as centrais sugerem a taxaço de lucros e dividendos, a criação de uma alíquota sobre lucros remetidos ao exterior e maior rigor na cobrança do ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural).

O Brasil está entre os dez países mais desiguais do mundo. A pandemia do coronavírus aprofundou a crise política, econômica e social que já estávamos atravessando. A gravidade do momento exige todos os esforços para salvar as vidas em risco, seja pelo adoecimento ou pela pobreza.

O Estado tem capacidade de aumentar o investimento público e deve agir urgentemente garantindo transferência de renda para salvar as vidas de quem mais precisa, as trabalhadoras e trabalhadores! A enorme desigualdade social, resultado da injusta carga tributária no Brasil nos trouxe ao patamar que hoje estamos. É urgente que se implemente medidas de taxação no andar de cima para que caminhemos em direção a Justiça Tributária.

Os acumuladores de riqueza, os banqueiros, os especuladores do mercado financeiro, os milionários são os que menos pagam impostos hoje no Brasil e são os que mais reclamam do Estado ser grande demais. Precisamos taxar quem ganha mais e diminuir de quem ganha menos, dos mais pobres.

De cada mil contribuintes, apenas oito contam com uma renda mensal de mais de 80 salários mínimos. Essa elite responde sozinha por um terço de toda a riqueza declarada em bens e ativos financeiros, sendo que metade dessas pessoas chega a ganhar em média R\$ 4 milhões por mês!

É hora de aumentar os impostos de quem pode mais, e proteger quem pode menos, como as pessoas sem renda, trabalhadores informais e a classe média. A implementação de uma carga tributária justa e solidária permite que 99% da população possa ter uma renda disponível maior, o Estado aumenta sua capacidade de investimento no Sistema Público de Saúde (SUS) e amplia ações de proteção social, de modo a garantir uma vida digna à toda a população.

Data: **14/04/2020**

Título: **Stedile: Pandemia é a expressão mais trágica desta fase do capitalismo**

Fonte: <https://vermelho.org.br/>

Link: <https://vermelho.org.br/2020/04/14/stedile-pandemia-e-a-expressao-mais-tragica-desta-fase-do-capitalismo/>

O Brasil nunca promoveu uma reforma agrária. Mais do que isso, o debate sobre o tema pouco foi travado no País. Pensando nisso, o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stedile, decidiu escrever *Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo – Volume I* (Livraria Expressão Popular). Na série de relatos sobre a reforma agrária no mundo, o autor detalha as experiências em países que viveram o processo.

Ao mostrar exemplos, Stédile ressalta que é impossível querer copiar modelos – cada país tem correlação de forças específicas e lutas com características próprias. Em entrevista ao *Brasil de Fato*, ele afirma que, diante do momento em que vivemos, a nova missão dos camponeses é a de “zeladores da natureza”. Segundo ele, é preciso que o foco dos

trabalhadores do campo, agora, esteja na produção de alimentos saudáveis para toda a sociedade, com base na agroecologia.

João Pedro Stedile: O livro tem como objetivo principal trazer ao conhecimento do público brasileiro, sejam militantes ou não, quais foram as principais experiências de reforma agrária no mundo, de uma forma sucinta, com suas principais características. No Brasil, na América Latina e em todo mundo, há uma carência muito grande desse tipo de literatura, sobretudo pela imposição da hegemonia neoliberal nas universidades e editoras, a partir da década de 1990, que tirou das pesquisas e debates sobre a reforma agrária. Assim, me dediquei nos últimos anos a recolher escritos, relatos, textos das diversas experiências para sistematizá-los.

Por outro lado, motivado também pelos debates nos movimentos camponeses em geral e na Via Campesina internacional, criei uma sistematização própria, classificando os diferentes tipos de reforma agrária, entre reformas clássicas, reformistas, radicais e populares. Neste primeiro volume, procurei publicar um ou dois países de cada tipo, para que o leitor tivesse uma ideia geral, de como aconteceram. É impossível querer aplicar no presente ou querer “copiar” qualquer um entre os diferentes tipos de reforma agrária – elas são fruto da experiência histórica de luta social e da correlação de forças que houve em cada país, em cada sociedade, quando foram realizadas.

Nós, no Brasil, tentamos em diversos períodos históricos implementar a reforma agrária clássica, que foi realizada sob hegemonia da burguesia industrial em outros países, para desenvolver as forças produtivas capitalistas. Mas fomos derrotados em todas elas. Tivemos a primeira oportunidade na saída da escravidão, mas negamos aos ex-trabalhadores escravos o direito de acesso à terra, ao contrário, por exemplo, dos Estados Unidos ou do Haiti.

Depois, na fase do capitalismo industrial, de novo preferimos adotar o sistema da grande propriedade exportadora para suprir as necessidades de importação da burguesia industrial. Por último, quando na década de 1960 o modelo industrial entrou em crise, perdemos outra oportunidade de uma reforma agrária clássica, com a proposta do Celso Furtado, que foi derrotado pelo golpe empresarial-militar de 1964. Depois disso, só tivemos experiências pontuais, parciais, de assentamento – e não de reforma agrária ampla.

Data: **14/04/2020**

Título: **Sem recursos, migrantes enfrentam barreiras para acessar auxílio emergencial**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/14/sem-recursos-migrantes-enfrentam-barreiras-para-acessar-auxilio-emergencial>

Desde a chegada da covid-19 ao Brasil, José* vive uma constante incerteza sobre seu futuro e de sua família. Migrante boliviano de 36 anos, vive com a esposa e dois filhos pequenos no bairro Vila Nova Cachoeirinha, na Zona Norte do município de São Paulo. Trabalhador da costura, José está sem nenhuma renda desde que a oficina onde trabalhava fechou as portas, no último dia 23 de março. Atualmente, o bairro paulistano do Brás, que concentra a maior parte da indústria têxtil da capital, está praticamente vazio.

Com o auxílio financeiro emergencial de R\$ 600 disponibilizado pelo governo federal, José enxergou uma possibilidade de minimizar a dificuldade econômica que se abateu sobre sua família. Entretanto, desde a última terça-feira (7), com a abertura do cadastramento online no programa, José vive uma verdadeira epopeia.

Após baixar o aplicativo da Caixa Econômica Federal, em um celular emprestado, ele não conseguiu concluir sua inscrição e a de sua esposa, devido a irregularidades no Cadastro de Pessoa Física (CPF). Por isso, o casal foi até uma agência dos Correios, onde o atendente informou que o erro estava ocorrendo pela falta do nome da mãe no CPF de ambos. Esse é um dos principais problemas que atinge a maioria dos migrantes, já que em muitos documentos de outros países não constam os dados filiatórios dos pais, como é o caso do Registro Geral (RG) brasileiro.

Apesar de José e sua esposa pagarem R\$ 7 pela regularização na própria unidade dos Correios, o funcionário indicou que o casal comparecesse à Receita Federal do Shopping Light, localizado no Anhangabaú. Esta unidade é referência para a população migrante de São Paulo. Entretanto, quando chegou ao local, o casal se deparou com as portas do shopping trancadas. No dia 18 de março, o governador de São Paulo João Dória (PSDB) havia anunciado o fechamento de grande parte do setor comercial em todo o estado.

“Eu perguntei para guardas municipais e para a polícia se a Receita estava aberta e eles disseram que sim. Quando eu já estava a meia quadra, no Anhangabaú, eles diziam que eu continuasse indo que a Receita me atenderia. Mas quando eu cheguei, estava fechada”, conta.

Depois de dias de apreensão, José conseguiu a informação sobre a existência de um e-mail de atendimento da Receita Federal. Em contato com o órgão, finalmente conseguiu regularizar o CPF e realizar o cadastro. “Foi uma luta, porque não sabíamos o que estava se passando. Foram dias de agonia”, recorda.

Além de correções em erros cadastrais, a Receita anunciou que passará a aceitar novas inscrições para o CPF por email (atendimento@rfb.gov.br), com isenção da taxa que até então custava R\$ 7. Entretanto, uma das exigências é o comprovante de endereço, o que pode ser uma nova barreira para muitos migrantes, que representam aproximadamente 0,4% da população brasileira.

Até a última sexta-feira (11), a Receita Federal já havia regularizado o CPF de 11 milhões de pessoas que estavam com pendências por multas eleitorais. Entretanto, os migrantes não se enquadraram nessa ação por não terem direito ao voto no Brasil.

Diante desse cenário, a bancada de deputados federais do Partido Socialismo e Liberdade (Psol) apresentou o Projeto de Lei 143/2020, que propõe o fim da obrigatoriedade da regularização do CPF para o cadastro no auxílio emergencial.

"Não tem cabimento exigir CPF num momento em que pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social precisam urgentemente de dinheiro para não morrer de fome. Não se trata de um empréstimo, em que é necessário checar se há pendências no CPF, é uma garantia mínima de cidadania. Milhares de brasileiros pobres e imigrantes encontram-se em situação precária e sem documentos, exigí-los neste momento é ampliar ainda mais a exclusão e marginalização. Por isso apresentamos projeto para extinguir a exigência", explica o deputado federal Marcelo Freixo (Psol), que assina o projeto ao lado de outros nove parlamentares.

Data: **15/04/2020**

Título: **Convergência Negra lança manifesto e acusa Bolsonaro de genocídio**

Fonte: <https://vermelho.org.br/>

Link: <https://vermelho.org.br/2020/04/15/convergencia-negra-lanca-manifesto-e-acusa-bolsonaro-de-genocidio/>

A Convergência Negra divulgou nesta terça-feira (14) um documento de análise de conjuntura e proposição de saídas para a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus no Brasil. O texto foi construído coletivamente e aprovado pelas instituições que compõem este que é o maior agrupamento de coalizão das forças sociais negras brasileiras.

Conforme o documento, as "medidas necessárias para a contenção da epidemia são inacessíveis para a maioria de negras e negros", devido às "moradias precárias, sem saneamento básico, com muitas pessoas vivendo em espaços apertados nas comunidades pauperizadas". Em protesto contra as ações irresponsáveis e criminosas do governo Jair Bolsonaro, a Convergência Negra também anunciou que denunciará o presidente "por crime de genocídio nos tribunais internacionais".

Data: **15/04/2020**

Título: Com seis casos suspeitos, indígenas do Ceará fecham aldeias e pedem solidariedade

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/15/com-seis-casos-suspeitos-indigenas-do-ceara-fecham-aldeias-e-pedem-solidariedade>

Com seis casos suspeitos decoronavírus entre a população indígena do estado, o Ceará acendeu a luz de alerta para a possibilidade de propagação rápida da doença nas aldeias.

“As nossas populações indígenas tem que redobrar o cuidado. Nós estamos tomando todas as medidas com base nas orientações da OMS [Organização Mundial da Saúde], do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde do Estado e das Secretarias Municipais. Estamos com um plano de contingência em todos os polos bases e todas as nossas equipes multidisciplinares de saúde indígena estão orientadas a como intervir e orientar em casos da doença”, afirma Neto Pitaguary, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Ceará (Condisil/CE) e técnico em enfermagem.

O movimento indígena no Ceará faz um apelo para que visitas às aldeias indígenas não sejam realizadas até que o perigo da alta propagação do novo coronavírus tenha passado. Assim como o deslocamento entre aldeias, comunidades e cidades sedes dos municípios devem ser evitadas. A determinação para que pessoas não indígenas não acessem os territórios indígenas vêm da Funai, do Ministério da Saúde e também da Sesai.

Para WeibeTapeba, liderança indígena do povo Tapeba, assessor jurídico da Federação Estadual dos Povos Indígenas do Ceará (Fepoince) e vereador da cidade de Caucaia, barrar a entrada de pesquisadores, parceiros, e muitos vezes desavisados também, nas terras indígenas é uma estratégia de prevenção ao combate do coronavírus nas comunidades indígenas do Brasil.

“Nós entendemos que os povos indígenas por viverem em comunidade estão sujeitos nessa pandemia a uma possibilidade de ter um desastre nessas comunidades. Especialmente para as comunidades que estão afastadas dos centros urbanos e os povos indígenas de recente contato também. Se o grau de letalidade é grande na população não indígena, acreditamos que pra população indígena os impactos possam ser desastrosos.”

O isolamento também tem sido uma estratégia dentro das aldeias indígenas para conter o avanço da contaminação. No entanto, algumas aldeias começaram a enfrentar também uma maior situação de vulnerabilidade social sofrendo com falta de alguns itens básicos.

Várias campanhas de solidariedade têm sido feitas no intuito de arrecadar fundos e mantimentos para as etnias mais vulneráveis e a Defensoria Pública da União no Ceará impetrou uma Ação Civil Pública requerendo a distribuição imediata de cestas de alimentos, material de higiene pessoal e equipamentos de proteção individual para atender as cerca de 1,3 mil famílias indígenas em quarentena no estado.

Data: **17/04/2020**

Título: **País registrou 1.833 conflitos no campo em 2019, mostra relatório**

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/pais-registrou-1833-conflitos-no-campo-em-2019-mostra-relatorio>

Levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), divulgado hoje (17), revela que o Brasil registrou, em 2019, 1.833 conflitos no campo, o número mais elevado dos últimos cinco anos e 23% superior ao de 2018. O dado reúne ocorrências relacionadas a disputas por terra, disputas por água e conflitos trabalhistas.

Segundo o relatório, no ano passado, houve recorde em disputas por terra, desde que os casos passaram a ser reportados pela entidade, em 1985. Em 2019, foram contabilizadas 1.254 ocorrências. A média foi de cinco casos por dia. De acordo com a organização, as disputas por terra impactaram a vida de 859.023 pessoas.

Além das propriedades de terra, a falta de acesso à água potável ou a iminência da falta estiveram no cerne dos conflitos, fazendo-se presentes em 489 deles. O índice foi 77% superior ao de 2018 (276). A CPT observa que as lutas em torno da água afetaram 279.172 pessoas, pertencentes a 69.793 famílias.

O relatório mostra que em 2019 o número de assassinatos chegou a 32, o que representa quatro casos a mais do que no ano anterior. Desse total, 28 estão associados a disputas por terra, três a conflitos trabalhistas e uma à disputa por água.

Uma das vítimas foi o mototaxista Márcio Rodrigues dos Reis, de 33 anos. Principal testemunha de defesa de padre José Amaro Lopes de Sousa, ele próprio era também uma liderança, em Anapu, no Pará. O assassinato aconteceu em 4 de dezembro, quando, segundo a CPT, o mototaxista foi alvo de uma emboscada.

O total de tentativas de assassinato passou de 28 para 30, de 2018 para 2019. A diferença é de 7%, menor do que a variação de ameaças de morte, que subiram 22%, com o aumento de 165 para 201 casos.

O documento da CPT estabelece ligação de interesses empresariais com os conflitos por água, informando que o setor de mineração está envolvido em 189 casos (39%). Hidrelétricas, por sua vez, têm conexão com 54 (11%), enquanto empresários e governos participaram, respectivamente, de 117 (36%) e 33 (7%) conflitos. Foram registradas 40 denúncias por parte da população, dado que inclui agressões, contaminação por mercúrio, ameaças de morte, danos, humilhação, intimidação e omissão.

"A gente, observando os conflitos por terra, vê que se concentram em regiões do agronegócio, das mineradoras, das madeireiras, das obras de infraestrutura, como

barragens. Os estados mais conflitivos foram o Maranhão, o Pará, que sempre é o primeiro [na lista] e a Bahia, sobretudo o oeste do estado", destaca Ruben Siqueira, da coordenação nacional da CPT.

Na opinião de Siqueira, atualmente "há uma facilitação, no campo dos três Poderes" para que esses projetos sejam viabilizados. "Temos um mundo globalizado e a ideologia e a política estratégica da globalização é o neoliberalismo que hoje alguns já chamam de hiperliberalismo, que é quando se reduz o espaço, se submete mais ainda o Estado à pressão do capital, seja produtivo, seja improdutivo, que é o hegemônico, financeiro, mas que se realiza sobre os negócios reais, os bens reais. Isso valoriza os papéis no mercado financeiro, e a desregulamentação, a facilitação desses negócios. Outros também chamam isso de necropolítica, que é quando se produz a morte e ela é vantajosa para certos setores econômicos cada vez mais concentrados no capital. O grande exemplo disso, em 2019, foi Brumadinho", acrescenta.

Data: **18/04/2020**

Título: **Bolsonaro é inimigo da vida e do emprego, diz sindicalista**

Fonte: <https://vermelho.org.br/>

Link: <https://vermelho.org.br/2020/04/18/bolsonaro-e-inimigo-da-vida-e-do-emprego-diz-sindicalista/>

Para Cleber Rezende a ampla articulação entre movimentos sociais, sindicais, governos estaduais e municipais é o caminho que aponta perspectivas para os trabalhadores e trabalhadoras no enfrentamento dos efeitos provocados pela pandemia do coronavírus. Segundo ele, o governo federal é o inimigo comum daqueles que estão buscando salvar vidas e preservar empregos e direitos da população.

O sindicalista paraense é o destaque da Série CTB entrevista, que tem reunido experiências de como os sindicatos estão enfrentando a pandemia e atuando para evitar a retirada de direitos da classe trabalhadora. Cleber é membro da Coordenação Estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará.

As MP's 927 e 936/2020 objetivam fragilizar as relações entre Capital e Trabalho, buscando afastar a representação dos trabalhadores/as, os sindicatos, das negociações trabalhistas, num momento de gravidade sanitária, econômica e social do país, onde as categorias dos trabalhadores então fragilizadas emocional e socialmente. Temos que reafirmar que negociações de acordos de trabalhos devem ser coletivas e com a participação dos sindicatos. A MP 905 da Carteira de Trabalho Verde e Amarelo não protege e nem gera os empregos prometidos. O governo Bolsonaro destinou 1,2 trilhão de reais aos bancos, e para os trabalhadores colocam todas as barreiras para a liberação dos 600,00. É a inversão do

papel do Estado, socorrendo os mais graduados e deixando no limbo os mais vulneráveis. Em plena crise Bolsonaro ataca os direitos da classe trabalhadora brasileira, lamentável. Em muitas categorias como na educação pública ouve a paralisação das atividades pedagógicas, e agora o governador do Pará anuncia antecipação de 15 dias de férias, a partir de 22 de abril, o que a CTB discorda, neste momento de isolamento. É lamentável empresas internacionais como a Hydro Alunorte, com atuação no Pará, querer interromper contrato de trabalho e suspender salários, exigindo do SindiQuímicos forte atuação para manutenção dos direitos dos trabalhadores/as. A CTB/Pará tem orientado os sindicatos a manterem suas representatividades, evitando quaisquer negociações individuais, reafirmando o papel dos sindicatos e dos acordos coletivos de trabalhos para a proteção da saúde, da vida, do emprego e da renda das categorias.

No geral temos buscado o apoio das respectivas categorias e muitas vezes do Ministério Público do Trabalho nas mediações com o setor empresarial, negociando de forma coletiva, a exemplo dos rodoviários de Belém, para evitar demissões e reduzindo os prejuízos a categoria. A CTB/Pará coordenou a elaboração de um documento que foi assinado por todos os sindicatos e federações filiados a Central, e enviado ao governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), com as proposições para o combate a Covid-19 e pela manutenção dos empregos e salários em solo paraense. Esperamos que medidas sejam tomadas e implementadas nesta linha. Em Belém, o Sindicato dos Agentes de Saúde e Endemias do Pará conseguiram liminar obrigando o município a fornecer EPI's aos profissionais de saúde. Outro fator foi a pressão das entidades sindicais contra um decreto do governador pela retirada das gratificações e benefícios aos servidores do Pará, levando a revogação das restrições.

Todos estão em buscas das respostas e caminhos para as saídas da crise. Sendo indispensável à ampla articulação entre as Centrais e os Sindicatos com suas bases sociais, articulação com governos estaduais e municipais contra a retirada de direitos e para amenizar os impactos da crise para classe trabalhadora. Tendo no governo federal um inimigo comum das entidades, dos trabalhadores e dos governadores e prefeitos progressistas que buscam caminhos de reduzirem os impactos da pandemia, salvando vidas e direitos sociais. Seguiremos lutando e defendendo os trabalhadores e trabalhadoras.

Data: **18/04/2020**

Título: **Periferia lidera as mortes por coronavírus na cidade de São Paulo, e as mulheres adultas são as mais infectadas**

Fonte: <https://brasil.elpais.com/>

Link: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-18/no-mapa-do-coronavirus-na-cidade-de-sao-paulo-a-periferia-lidera-as-mortes-e-as-mulheres-adultas-sao-as-mais-infectadas.html>

Passado um mês da primeira morte notificada em decorrência do coronavírus, São Paulo mostra um mapa manchado pelo avanço da doença, com óbitos registrados em todas as regiões do município, em especial, nas periferias. De acordo com a Secretaria da Saúde Municipal, é longe do centro que estão os maiores números de óbitos suspeitos e confirmados da covid-19. Até este sábado, 18, das 686 mortes ocorridas na cidade, ao menos 51 foram no distrito de Brasilândia, na zona norte, e 48, no de Sapopemba, na zona sudeste, seguidos por São Mateus e Cidade Tiradentes, ambos na zona leste e com 36 óbitos respectivamente (veja o mapa abaixo). O Brasil inteiro registra ao menos 2.347 mortes neste sábado, com 36.599 casos confirmados da doença.

É nas franjas dessa megalópole que, ao que parece, se concentram também a maior parte das mortes suspeitas de coronavírus, de acordo com o mapa apresentado pela prefeitura nesta sexta. A imagem sobre cada região mostra o total de casos sobre um círculo de duas cores, mais escura para as confirmações e mais claras, as suspeitas. Analisando a imagem, é possível perceber que as cores apontam para mais suspeitas nos bairros periféricos e mais confirmações na região mais central, embora a prefeitura não tenha apresentado números com esse recorte. “A testagem é menos rápida dependendo do seu CEP”, afirma Paulo Saldiva, patologista e professor da Faculdade de Medicina da USP. “Por isso as suspeitas aparecem em maior quantidade nas periferias”. De acordo com a prefeitura, do total de testes enviados desde o início da pandemia para análise ao Instituto Adolfo Lutz, o principal laboratório público de análises da covid-19, somente 32% tiveram seu resultado liberado, e desses, 16% deram positivo. Ou seja, há atualmente cerca de 15.000 testes aguardando alguma etapa final para liberação do resultado.

Outro recorte social do coronavírus no epicentro da pandemia no Brasil mostra que tanto entre os casos confirmados (9.428 até sábado, 18), quanto entre os suspeitos (cerca de 35.000), as mulheres de 30 a 39 são a maioria, seguidas pelas de 40 a 49 anos. Para Saldiva, é possível que no Brasil o nível social seja mais importante que a faixa etária quando se trata de infectados e mortos pelo coronavírus. “Não dá para ter certeza ainda, mas os dados estão mostrando que os vulneráveis não são só os idosos”, afirma. “No Brasil e em outros países da América Latina, assim como na África, essa história vai ter uma tintura diferente daquela da Europa”. Nesta semana, a médica Margareth Dalcolmo, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), também afirmou ao EL PAÍS que vê, no Brasil, tendência de “rejuvenescimento” do vírus em relação aos países por causa da distribuição etária. Levantamento feito pelo jornal com secretarias dos Estados em situação de emergência —quando a incidência de casos é maior que a média nacional— mostrou o maior percentual de hospitalizados entre os menores de 60 anos.

Isso porque, de acordo com ele, são muitos os fatores que compõem a vulnerabilidade e a imensa maioria deles está presente no cotidiano dos moradores das periferias. “Quem mora longe, não só trabalha por mais horas, como também perde mais tempo no deslocamento, dorme menos, come errado, não se exercita”, diz. “Só isso já cria uma vulnerabilidade intrínseca. É como se a pessoa perdesse o direito de adoecer”.

Ele lembra que a capacidade de fazer o isolamento social na periferia é menor também, devido às condições de moradia. Henrique Deloste, líder comunitário e membro da Associação de Moradores na Brasilândia/Cachoerinha, região que lidera o número de óbitos, afirma que na comunidade, quem pode, está cumprindo o isolamento. “Você percebe que as pessoas querem cumprir [o isolamento], mas uma parte das pessoas que está saindo nas ruas está saindo por dificuldade, porque precisa trabalhar”, diz. “Pode ser que com a ajuda do Governo melhore um pouco, mas eu duvido. As pessoas estão preocupadas porque a ajuda é só por três meses. E depois disso?”.

Ele relata que a região ainda registra alguns *pancadões*, embora esse tipo de festa tenha diminuído. “Estamos tentando convencer os jovens...”, diz. Mas o maior problema, de acordo com ele, é a falta de informação por parte da população. “O que não tenho visto é ação, orientação. Não tem nenhuma campanha específica. O que mais me perguntam quando eu entro na favela é sobre esse assunto, sobre os sintomas”, afirma.

Data: **22/04/2020**

Título: **Sem notificação, Maceió promove demolição de favelas durante pandemia**

Fonte: <https://revistaforum.com.br/>

Link: <https://revistaforum.com.br/direitos/sem-notificacao-maceio-promove-demolicao-de-favelas-durante-pandemia/>

Na última sexta-feira (17), moradores do Conjunto Otacílio de Holanda e da Favelinha, localizados na parte alta de Maceió (AL), foram surpreendidos com a chegada de retroescavadeiras da Prefeitura, comandada por Rui Palmeira (ex-PSDB), sem qualquer notificação prévia.

Sob ordens da Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social, os funcionários da Prefeitura demoliram ao menos 20 casas na Favelinha, sendo 12 delas ainda em construção e 8 com famílias que foram forçadas a sair.

Sem qualquer diálogo, a Prefeitura ainda entregou uma ordem de despejo para os demais moradores da comunidade afetada. Eles teriam que sair em 10 dias. Os moradores de Otacílio de Holanda receberiam uma intimação na próxima visita dos funcionários da gestão municipal.

Acionada pelos moradores, a OAB de Alagoas conseguiu reverter a ordem de despejo – prevista para a próxima segunda-feira (27) – e impedir novas notificações, mas os moradores seguem apreensivos.

O líder comunitário e babalorixá Wagner do Sohokwê, que cuida do templo Ilê AlaketuAséSohokwe na Favelinha, a líder e yalorixá Mãe Vera de Oyá, do terreiro Abassa de Angola em Otacílio de Holanda, e Mirelle Camargo, moradora de comunidade próxima e integrante de grupo de apoio ligado ao Abassa de Angola, falaram com a Fórum sobre o episódio.

Wagner destacou a surpresa dos moradores e dos líderes dos templos. “Existem moradores há mais de 50 anos no local, sempre esquecidos por todos os governantes que só vão passear e colocar o pé no barro que pisamos em época de eleição. Em meio a essa pandemia conseguimos uma liminar paralisando temporariamente a demolição das residências e templos religiosos”, declarou.

Segundo Mirella, desde a formulação do projeto pela Prefeitura de Maceió, em 2007, nenhuma vez os moradores foram consultados sobre a possibilidade de remoção para a construção de um Conjunto Habitacional. “Muitas pessoas compraram o terreno com contrato de compra e venda com um político local. Não tem validade legal, mas era época de campanha e ele agiu de má fé...”, afirmou. “A maioria foi ocupação, mas ocupações acontecem por necessidade!”, disse ainda.

Mãe Vera disse que os moradores estão amedrontados. “O povo está assim amedrontado porque não tem pra onde ir. O que o povo quer simplesmente é a documentação por direto, pra poder viver em paz”, afirmou.

Data: **22/05/2020**

Título: **Covid-19: comissão internacional defende medidas alternativas à prisão**

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/covid-19-comissao-internacional-defende-medidas-alternativas-prisao>

O presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), Joel Hernández García, defendeu que os países da região adotem medidas alternativas à prisão para reduzir os impactos do novo coronavírus na população carcerária.

“Hoje, as prisões que viveram historicamente fora do alcance de políticas pública de reconversão da pena, agora como emergência sanitária, devem acelerar essas medidas e recorrer a meios alternativos à prisão”, enfatizou hoje (22) ao participar de um seminário

online para comentar as resoluções da comissão sobre a pandemia. A transmissão foi promovida pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).

Hernández ressaltou que antes mesmo que a entidade tivesse publicado, no dia 10 de abril, uma resolução completa com recomendações para os países membros sobre a pandemia, a CIDH tinha manifestado a preocupação em relação às pessoas presas na região. “A razão é muito simples: o nosso continente sofre com a superpopulação carcerária. Em nosso continente estão dois dos países com maior população carcerária: Estados Unidos e Brasil”, acrescentou, lembrando que, em média, 40% desses presos está em situação provisória, sem julgamento.

Por isso, o presidente da comissão reafirmou a recomendação para que cada governo busque formas de reduzir a população carcerária dentro dos próprios limites legais. “Através das distintas figuras jurídicas que se apliquem nos Estados. Desde prisão domiciliar, até anistias e indultos. Os meios legais que cada país determine”, disse.

Além disso, ele alertou para a urgência para a tomada de “medidas sanitárias para evitar o contágio dentro dos centros de detenção”. Na resolução da CIDH, é destacado que é preciso garantir que todas as unidades prisionais tenham atenção médica e que, apesar das medidas especiais de quarentena, sejam mantidos os direitos à comunicação, visitas, saída e atividades laborais ou educativas.

Na avaliação de Hernández, a pandemia de coronavírus está colocando em evidência problemas estruturais da região. “A pandemia está mostrando os atrasos que as nossas sociedades vêm enfrentando em muitas matérias. As pessoas que eram vulneráveis, agora são mais vulneráveis”, ressaltou.

Ele destacou, no entanto, que o contexto de exceção causado pela chegada do vírus não deve ser usado como pretexto para atropelar direitos humanos fundamentais. “Nenhuma limitação de direitos pode passar por cima de direitos humanos reconhecidos internacionalmente”, disse.

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, há 93 casos confirmados do novo coronavírus no sistema penitenciário nacional, com o registro de duas mortes pela doença. Existem 148 suspeitas. Foram realizados 647 testes no total.

Em alguns casos, porém, os dados encontram-se defasados em relação ao divulgado pelas unidades da federação. O Distrito Federal, por exemplo, divulgou ontem (21) haver 91 presos infectados no Complexo Penitenciário da Papuda, número maior do que os 72 informados até o momento pelo Depen em sua plataforma online.

Data: 23/04/2020

Título: **Pandemia pode aumentar desemprego e pobreza na América Latina, diz Cepal**

Fonte: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link: <https://operamundi.uol.com.br/notas-internacionais/64312/pandemia-pode-aumentar-desemprego-e-pobreza-na-america-latina-diz-cepal>

- E não é que Zizek se deu ao trabalho de responder Ernesto Araújo? Tá podendo o chanceler. Segundo o filósofo, o chanceler “não entendeu a questão”. Nas palavras dele, “o chanceler brasileiro me acusou de usar a epidemia do coronavírus como uma desculpa para introduzir outro vírus, o ‘comunavírus’. Infelizmente, ele não entendeu a questão”. Para Zizek, em seu livro *Vírus*, a pandemia escancarou a insustentabilidade do sistema capitalista. A consequência é que países bastante conservadores em relação à ode ao “Deus Mercado” estão adotando medidas sanitárias, sociais e econômicas inimagináveis antes da crise. Algumas soam a “sonhos comunistas”, segundo Zizek. Ele fala da distribuição de dinheiro para desempregados, produção de equipamentos de saúde por indústrias de outras áreas, defesa de sistemas universais de saúde e etc. Quando foi que se viu conservadores “dando preferência ao bem comum em vez dos mecanismos do mercado?” Este é “a questão” que Ernesto Araújo não entendeu e duvido que algum dia entenda.

- O Conselho Europeu deve se reunir hoje para debater a criação de um fundo comum para enfrentar as consequências da crise econômica decorrente da pandemia do coronavírus na região. Segue entre os europeus um debate sobre o “coronabonus”, que divide o norte do sul. Por um lado Alemanha e Holanda resistem e por outro Itália e Espanha pressionam pelo bônus. O premiê italiano tem argumentado que a UE não pode repetir os mesmos erros cometidos na crise de 2008, quando não houve uma resposta conjunta. Até agora, a União Europeia tem lançado mão do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MES) conhecido por apresentar condicionantes orçamentárias bastante rigorosas aos países que o utilizam. A Itália já está há quase dois meses completamente parada.

- Também na Europa percebe-se um aumento do tom com relação à China. Não de forma tosca como nos EUA e no Brasil onde se fala em “vírus chinês”, mas ainda assim questionador do papel do gigante asiático na pandemia que atingiu todo o globo. Uma matéria do *El País* traz aspas dos ministros das Relações Exteriores da França e da Itália sobre o tema. Para Jean-Yves Le Drian, espera-se “que a China nos respeite, como ela deseja ser respeitada” e ainda: “Pequim joga com a fragmentação da UE”. Já Dominic Raab tem um tom mais duro: “nada pode voltar a ser como antes enquanto a China não esclarecer de forma cabal tudo o que está relacionado com o vírus”. A Alemanha continua discreta na crise. Merkel deixa escapar coisas como: “quanto mais transparente a China for quanto à gênese do vírus, melhor será para que o mundo inteiro aprenda sobre ele” (coletiva de imprensa, citada pelo *El País*). A Alemanha é o país com mais negócios com a

China em toda a Europa e Merkel visita o país todos os anos já há algum tempo. Mas enquanto a chanceler Angela Merkel “segura a onda”, o editor do jornal alemão *Bild* promove sua briga particular com a China, um dos seus ataques veio em uma carta dirigida ao presidente Xi Jinping: “o senhor fecha todos os jornais e sites que criticam seu Governo, mas não fecha os locais que vendem sopa de morcego”.

- A secretária-executiva da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), Alicia Bárcena, emitiu um novo informe sobre os efeitos da pandemia na economia latino-americana. Segundo seu informe, a América Latina que já sofria com um baixo crescimento nos últimos anos, 0,4% em média entre 2014 e 2019, pode ter uma queda brusca e chegar a -5,3% em 2020. Para comparar ela apontou que índices assim só houve em 1914 (- 4,3%) e 1930 (- 5%). O documento mostra que houve pelo menos cinco canais de “transmissão” da crise para a América Latina: redução do comércio internacional, queda dos preços de produtos primários, intensificação da prevenção a riscos (de investimento), baixa demanda por serviços de turismo e redução de remessas. Segundo Alicia, o que vem por aí é desemprego, pobreza e desigualdade.

- Em Cuba, nos últimos dias tem ocorrido a testagem de uma vacina que na verdade é um “imunopotenciador” algo que dá mais potência à imunidade inata das pessoas e pode reduzir os riscos de entrada de organismos causadores de infecções no organismo humano. Trata-se do CIGB 2020, aplicado nas narinas ou sublingual e já se demonstrou efetivo em pessoas com testes positivos para o novo coronavírus, impedindo o desenvolvimento da doença covid-19. Segundo o doutor Gerardo Guillén Nieto, diretor da Investigaciones Biomédicas do Centro de Engenharia Genética e Biotecnologia (CIGB), a vacina pode ajudar a salvar a vida de muitas pessoas ao estimular moléculas da superfície celular que marcam a ativação do sistema imune relacionado com o vírus. Além disso, o sistema de saúde da ilha trabalha no desenvolvimento de três anti-virais e métodos próprios de diagnóstico da covid-19.

Data: **24/02/2020**

Título: **Entidade pede medidas urgentes para proteção de indígenas na pandemia**

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/entidade-pede-medidas-urgentes-para-protacao-de-indigenas-na>

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns (Comissão Arns) encaminhou, na última segunda-feira (20), um ofício ao Ministério da Justiça e Segurança Pública pedindo a adoção de medidas urgentes neste período de crise pela covid-19 para

proteção das terras indígenas. De acordo com a entidade, as invasões de terras indígenas têm ameaçado ainda mais a sobrevivência dessa população em meio à pandemia.

“O contexto da pandemia agrava muito a situação dos indígenas. As invasões - de grileiros, garimpeiros, madeireiros - que já são graves por si mesmas, elas no contexto de pandemia permitem um contágio que é extremamente perigoso, sobretudo para povos aldeados e mais ainda para povos isolados, que são os povos indígenas que se isolaram justamente para escapar de conflitos, de morticínio e de epidemias”, disse Manuela Carneiro da Cunha, antropóloga que pesquisa questões indígenas e membro da Comissão Arns.

A antropóloga disse que o primeiro yanomami a morrer com a covid-19, um jovem de 15 anos, contraiu o vírus em área invadida por um garimpo. “O estado tem obrigação de desintrusar essas terras. Essas invasões, que já eram muitas, aumentaram muito no ano passado. Em setembro do ano passado, o Conselho Indigenista Missionário [Cimi], que é quem monitora as invasões, já tinha notícia de 153 terras indígenas invadidas, que era mais que o dobro do ano inteiro de 2018”.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) recomendou aos estados e governos que respeitem o isolamento voluntário dos indígenas, devido aos graves impactos que o contágio do vírus poderia representar para a vida dessas populações.

“É possível que essa pandemia chegue às aldeias indígenas e isso é gravíssimo porque essas doenças respiratórias são conhecidamente muito mais mortíferas entre os povos indígenas. A forma de vida que eles têm, comunitária e tradicionalmente várias famílias moram em casas comuns, facilita o contágio, então há um perigo muito grande, acrescido com essas invasões que estão aumentando”, disse.

Até as 18h30 de ontem (23), a Sesai havia registrado quatro mortes por covid-19 entre a população indígena, além de 42 casos confirmados de infecção pelo vírus e mais 21 casos suspeitos. Em oito casos, houve cura clínica.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) informou, em nota, que como forma de orientar as comunidades indígenas, gestores e colaboradores vem implementando, desde 28 de janeiro deste ano, ações de informação, prevenção e combate ao novo coronavírus. Foi antecipada também, desde o dia 16 de abril, a vacinação contra influenza para a população indígena, considerando a vulnerabilidade desses povos às doenças respiratórias. A secretaria instituiu, no último dia 14, a Equipe de Resposta Rápida (ERR) para enfrentamento da pandemia no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASISUS). A equipe permanecerá em isolamento domiciliar e será acionada para entrar em área indígena nas situações de emergência ou outras situações decorrentes da pandemia ou surtos de Síndrome Gripal ou Síndrome Respiratória Aguda Grave, tendo à disposição kits

de insumos, medicamentos, EPI, equipamentos de saúde, bem como a logística necessária para entrar nos territórios indígenas.

Data: **28/04/2020**

Título: **Recontratado para combater Covid-19, médico cubano vendia salgados para sustentar família**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/64405/recontratado-para-combater-covid-19-medico-cubano-vendia-salgados-para-sustentar-familia>

O médico cubano Raymond Garcia - que chegou a vender salgados nas ruas de Ponta de Pedra, na Ilha do Marajó, no Pará — retornou a Belém nesta segunda-feira (27) para se somar aos outros 85 médicos que vão trabalhar na linha de frente de combate à pandemia que atinge a população mais vulnerável no estado.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Saúde (Sespa), por conta da pandemia, o Pará já havia registrado mais de 100 mortes até o último domingo (26), tornando-se o nono estado com maior índice de casos confirmados e também de mortes no país. Para além disso, o Pará já ultrapassou a taxa de 90% de leitos ocupados, o que preocupa as autoridades.

Neste cenário e visando combater os efeitos da pandemia, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), anunciou a contratação emergencial dos 86 médicos cubanos que continuam residindo no estado para atuar no combate à doença.

Raymond Garcia sempre quis voltar a exercer a medicina. Mas, com o fim do programa Mais Médicos — medida determinada pelo chefe do governo de ocupação e concretizada pelo ex-deputado federal e ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (DEM/Mt) -, o médico cubano foi obrigado a exercer a atividade de vendedor ambulante de coxinhas para poder sustentar a família

Segundo ele, localizado na Ilha de Marajó, o município no qual exercia sua profissão, é uma das regiões marcadas por índices de extrema pobreza em que os médicos cubanos atuavam no país.

A cidade, segundo dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem 31 mil pessoas e a taxa de mortalidade infantil média é de 17,24 para cada mil nascidos vivos. Já as internações em decorrência de diarreia são de 9,2 para cada mil habitantes.

O médico cubano relata que com o desmonte do Programa Mais Médicos, ao permanecer no Brasil, ficou muito angustiado e pressionado já que as pessoas doentes, continuavam a lhe pedir ajuda, algo que não podia fazer já que neste caso corria o risco de ser enquadrado no crime de prática ilegal de medicina.

Foi assim que, com uma filha de um ano e meio para sustentar, ele foi para as ruas trabalhar como ambulante, em busca de uma remuneração que poucas vezes ultrapassou um ganho maior do que 15 reais por dia. Depois de muita procura, em 2019, passou a trabalhar em uma farmácia do município.

Emocionado, o médico cubano relatou sua alegria quando neste sábado (25) foi contactado pela Sespa e viajou de barco para Belém de barco para recuperar suas credenciais.

Diplomado pela Faculdade de Medicina Dr. Salvador Allende, em Havana, capital cubana, Raymond entrou em contato com o *Brasil de Fato* para dividir a alegria.

"Chegarei a Belém às 5 horas da manhã. Recebi a documentação do contrato, assinada pelo próprio Governador Hélder Barbalho, quando eu chegar ao hotel, te ligo", disse ele à reportagem.

Raymond chegou às 8h30 e devido à experiência que tinha acumulado em Cuba, atuará direto nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). Segundo apuramos, já nesta segunda (27), participou de uma reunião no Hangar, onde o governo do estado instalou um hospital de campanha.

Na última sexta-feira (24), o lamento de Raymond era por não poder ajudar. "Lamento pelo que acompanho desde o início da gestão Bolsonaro", disse, em referência a medidas como o fim do programa Mais Médicos.

"Eu sou um dos médicos que ficou no Brasil após o fim da parceria Brasil-Cuba, em novembro de 2018. Fiquei na lista dos médicos aptos para voltar a trabalhar. Eu tenho habilitação para isso. Estou disposto a trabalhar entre os 86 médicos cubanos que o governador Hélder Barbalho recontratou", diz ele, que, a partir de hoje, voltará a atuar como médico, fazendo aquilo que sabe fazer de melhor: salvar vidas.

Data: **29/04/2020**

Título: **Entidades criam observatório para monitorar violações de direitos humanos na pandemia**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/29/entidades-criam-observatorio-para-monitorar-violacoes-de-direitos-humanos-na-pandemia>

Uma nova plataforma vai monitorar os impactos da pandemia do novo coronavírus na vida dos brasileiros, sobretudo, entre os mais vulneráveis. O Observatório dos Direitos Humanos na Crise da covid-19 foi criado por movimentos populares e entidades representativas de diferentes setores da sociedade brasileira.

Para a construção do observatório, foram ouvidas redes de organizações envolvidas em iniciativas emergenciais e humanitárias. O objetivo é também fiscalizar as medidas

emergenciais adotadas durante a pandemia que possam ocasionar em retirada de direitos e ameaças à população. As informações serão organizadas e a população terá acesso aos dados por meio de um boletim periódico.

No debate online de lançamento, na noite de terça-feira (28), participaram Lúcia Xavier, da organização Criola, na defesa e promoção dos direitos das mulheres negras; Guacira de Oliveira, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea); Darci Frigo, da organização Terra de Direitos; Ayala Ferreira, do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Dnamam Tuxá, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), e Givânia Silva, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)

Para Ayala Ferreira, da direção nacional do MST, a pandemia da covid-19, além de ser um grave problema de saúde pública denuncia claramente a falência do sistema capitalista. "Vivemos um grave momento no nosso país e no mundo, que tem a ver não simplesmente com a pandemia, mas com a crise estrutural do sistema capitalista, que chegou ao seu esgotamento, na sua vertente econômica, política, social, cultural e ambiental."

Segundo ela, o capitalismo vai buscar se salvar penalizando ainda mais os trabalhadores. Por isso, o observatório será esse espaço que acompanhar as ações do Estado. "As saídas e medidas, não podem e não deve vir no sentido de retirada de tudo aquilo que historicamente pela luta popular, pela articulação e organização dos movimentos populares e entidades de defesa dos direitos humanos, não pode ser um cenário de retirada dos direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora", afirma.

Darci Frigo, coordenador da Terra Direitos, faz coro na preocupação em relação ao avanço contra liberdades e direitos conquistados pelo povo. "[Eles vão] aproveitar a oportunidade para avançar no cerceamento das liberdades das pessoas. No cerceamento de direitos importantes para uma democracia para a participação social. Foi nesse contexto que nós decidimos então criar esse observatório, que é uma iniciativa colaborativa, que têm preocupação com diferentes direitos humanos."

Ele pontua que se as pessoas não estão tendo acesso à saúde, se não estão conseguindo acessar saneamento básico, água e estão sofrendo algum tipo de violência, seja em regiões de fronteira, em áreas indígenas, quilombolas, com invasões, garimpeiros e madeireiros, isso será analisado pelo observatório. "Nós estamos falando de monitorar se as pessoas estão tendo acesso à alimentação, se estão tendo acesso à renda básica, que é um direito que foi aprovado pelo congresso nacional."

Data: **29/05/2020**

Título: **MPT investiga caso de trabalhadores obrigados a se ajoelharem em protesto na Paraíba**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/29/mpt-investiga-caso-de-trabalhadores-obrigados-a-se-ajoelharem-em-protesto-na-paraiba>

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT-PB) instaurou um procedimento, de nº 351/2020, na manhã dessa terça-feira (28), para apurar denúncias de que funcionários de lojas de Campina Grande teriam sido coagidos por empregadores a participar de um protesto que pedia a reabertura do comércio no município. A manifestação aconteceu na manhã da última segunda-feira (27), na Rua Maciel Pinheiro, no Centro da cidade, apesar das recomendações de autoridades estaduais para evitar aglomerações diante da pandemia do novo coronavírus.

Após a repercussão negativa que o episódio teve nacionalmente, o MPT orientou, nesta quarta (29) — juntamente com o Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MP-PB) —, que comerciantes de Campina Grande se abstenham de praticar qualquer conduta que implique na coação de seus empregados, sob pena de responsabilização civil e penal.

“O Ministério Público do Trabalho vai apurar se no ato ocorrido em Campina Grande, onde pessoas estavam ajoelhadas no chão da via pública, não respeitando a regra do distanciamento social e as recomendações das autoridades sanitárias, houve algum tipo de coação ou constrangimento no chamamento e na participação desses empregados que apareceram nas imagens veiculadas na imprensa. O MPT vai averiguar se houve violação a direitos sociais com repercussão trabalhista, civil e criminal”, afirmou a vice-procuradora-chefe do MPT na Paraíba, Andressa Lucena, que está conduzindo a investigação.

“Se algum trabalhador que compareceu ao ato ocorrido na segunda-feira, em Campina Grande, se sentir prejudicado ou achar que teve seus direitos violados, o Ministério Público do Trabalho pede que seja feita uma denúncia no site www.prt13.mpt.mp.br, a fim de ajudar na apuração dos fatos”, concluiu Andressa Lucena.

A recomendação foi encaminhada pelo MPT, na tarde desta quarta-feira (29), para a Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campina Grande (CDL), a Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande e o Sindicato do Comércio Varejista da cidade.

De acordo com a recomendação, estabelecimentos comerciais no município de Campina Grande devem “se abster de praticar qualquer conduta que implique coação de seus empregados para participarem de atos e/ou eventos públicos, notadamente no período em que é recomendada a suspensão das atividades empresariais, uma vez que tal prática configura ato ilícito e abusivo e ensejará a responsabilização do empregador, inclusive quanto à reparação por dano moral”, diz o texto da recomendação assinada por

procuradores do Trabalho em Campina Grande, promotora de Justiça e procuradores da República.

Data: **29/04/2020**

Título: **Integrantes do Comitê de Combate à Tortura denunciam obstrução da ministra Damares**

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/29/integrantes-do-comite-de-combate-a-tortura-denunciam-obstrucao-da-ministra-damares>

A ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, vem obstruindo os trabalhos do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT), desde 2019, de acordo com afirmações de integrantes do próprio comitê, que une representantes da sociedade civil e do governo federal.

Mateus Moro, defensor público do Estado de São Paulo e membro convidado do CNPCT, relata que, de três reuniões realizadas durante o governo de Jair Bolsonaro (sem partido), a ministra se ausentou em duas. A primeira falta foi em outubro e a outra em novembro. Em outra reunião, em março, a ministra teria inviabilizado as deliberações do grupo ao passar por cima das prerrogativas de fala da sociedade civil.

Por meio de ofício enviado às 18h25 da última sexta-feira (24), Damares Alves também cancelou dois encontros que estavam marcados para segunda-feira e terça-feira (27 e 28). As reuniões tratariam da situação da pandemia causada pela covid-19 no sistema carcerário brasileiro, onde já foram registrados, até esta quarta-feira (29), 7 mortes, 112 casos confirmados, 156 suspeitos e 699 testes, de acordo com dados do Ministério da Justiça.

A justificativa dada pelo Ministério para o cancelamento das reuniões foi a agenda lotada da ministra com compromissos que tratam justamente da pandemia. “Primeiro, todos nós combatemos o coronavírus nas suas mais variadas formas, alguns na questão carcerária, na questão de unidades de internação, hospitais psiquiátricos. O comitê também está atuando em relação ao coronavírus”, afirma Mateus Moro.

Ele também defende que a ministra não tem atribuição para cancelar uma reunião do Comitê, o que pode ser decidido apenas pelo plenário do órgão. “Um ato autoritário, arbitrário, mas que é infelizmente éo que a gente está vivendo no Brasil nos dias de hoje.”

O CNPCT é um dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), do governo federal, e seu colegiado é composto por 11 representantes de órgãos federais e 12 da sociedade civil. O órgão é responsável por monitorar, junto com o

Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura, os locais de privação de liberdade do país, como o sistema carcerário e hospitais psiquiátricos, por exemplo.

Data: **30/04/2020**

Título: **Das prisões, filhos escrevem cartas às mães durante pandemia de coronavírus: “socorro”**

Fonte: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/>

Link: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/64466/das-prisoos-filhos-escrevem-cartas-as-maes-durante-pandemia-de-coronavirus-socorro>

Como as visitas em prisões suspensas por causa da pandemia do coronavírus, os familiares de presos têm somente duas alternativas de comunicação: falas repassadas pelos advogados e as cartas escritas pelos próprios detentos. No entanto, as famílias relatam problemas para obter notícias no estado de São Paulo.

A Ponteteve acesso a áudios de parentes que revelam atrasos constantes na entrega das cartas, tanto a chegada da correspondência aos presos quanto a saída e entrega às famílias. Antes da pandemia, o tempo entre o envio e a entrega (fora para dentro ou das unidades para as casas) era, em média, de 7 dias. Agora, segundo os relatos, a média saltou para 15 dias. Algumas das mulheres chegaram a escrever por três vezes e não receberam nenhuma resposta.

Uma das unidades com problemas revelados pelos parentes é o CDP (Centro de Detenção Provisória) de Praia Grande, no litoral paulista. Lá, contam alguns parentes, há dificuldade até para a entrega do “jumbo”, sacola com comida, itens de higiene e remédios, enviado através dos Correios desde o início da pandemia.

A SAP-SP (Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo), gerida pelo coronel Nivaldo Restivo neste governo de João Doria (PSDB), proibiu a entrega presencial destes itens para evitar a proliferação da doença. Desde março, tudo é feito pelo Correio.

“A carta que chegou para mim hoje (28/4), ele escreveu no dia 14. E ele está falando que o único meio para se comunicar está com demora e ele não recebeu os três ‘jumbos’ que eu mandei. Nada”, reclama uma familiar.

Segundo ela, as notícias que recebe são atrasadas e não há detalhamento sobre a real situação dos presos. “Já não temos visita e com as cartas acontece isso? ‘Jumbo’ acumulado na portaria? Falta de respeito”, lamenta.

Outra parente conta que os funcionários não dão informações quando ela telefona no CDP. “Liga e ninguém fala. Não tenho notícia dos meus filhos. Estou muito preocupada. Queria que fosse resolvida essa situação. Está muito difícil”, diz.

Uma mãe condena a falta de notícias há pelo menos um mês. “Meu filho falou que mandou várias cartas e nenhuma chegou aqui. Eu queria saber onde foram parar essas cartas. Estou sofrendo, sentindo saudade na esperança de receber uma carta e não chegou. Mandei várias e não tenho retorno de nenhuma”.

Na Penitenciária de Bernardino de Campos, a 327 quilômetros da capital paulista, a reclamação é de que os presos são censurados na comunicação com quem está do lado externo.